

331 Maílson acredita no êxito do acordo

BRASÍLIA — O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, acredita que o acordo fechado ontem com os empresários vai por um fim na onda de boatos que tem aumentado o nível de incerteza dos agentes econômicos e acelerado a inflação. A conclusão, segundo o ministro, é a de que, no momento, "é imperiosa uma ação conjunta do setor privado e do governo para acabar com as expectativas pessimistas". Ele garante que informações sobre a adoção de um redutor para a dívida pública e da decretação de um feriado bancário foram espalhadas por especuladores "que só vêm o interesse próprio". Em nenhum momento, garantiu, se pensou no redutor para taxa de câmbio, correção monetária e os salários.

Sobre a declaração do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, de que os empresários não aceitarão um reajuste abaixo da inflação, o ministro lembrou que a proposta do redutor foi apresentada pelo setor privado e que o governo não vai fazer qualquer coação ou imposição. Garantiu, entretanto, que no caso de haver problema de abastecimento o Estado "adotará medidas na área do comércio exterior". Isso, em outras palavras, quer dizer abrir as importações para equilibrar a situação interna.

Fiscalização — Do lado dos empresários, segundo expressou o presidente do Sindicato Nacional das Indústrias Químicas, Carlos Mariani, não há preocupação alguma com fiscalização. Ele fez questão de ressaltar que, através deste acordo com o governo, os empresários "estão dando uma demonstração clara de responsabilidade e dizendo à sociedade que é hora de tomar uma atitude diferente porque o momento exige isso". Mariani justificou a remarcação demasiada dos preços ocorrida até agora destacando que, "quando se tem uma inflação de 12% a expectativa é uma, mas quando ela se acelera e dispara as perspectivas são outras".

O cumprimento do acordo também foi garantido pelo presidente da Associação Brasileira de Produtos de Limpeza e Afins (Abipe), José João Armando Lacoselli, destacando que a tendência de desorganização de todo o sistema econômico não é do interesse da indústria. Para ele, o importante no momento não é baixar a inflação mas sim freá-la nos níveis atuais de 35% ou de 36%.

Já o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia), Edmundo Klotz, acha que o acordo é uma experiência importante por demonstrar um novo relacionamento entre o setor privado e o governo", e se der certo pode até ser adotado pelo novo presidente para garantir a estabilização".

Para o ministro Maílson da Nóbrega, os primeiros resultados do acordo já poderão ser vistos na inflação de outubro, que ainda tem nove dias para a coleta de dados. Mas somente a inflação de novembro, cujos dados serão colhidos a partir do próximo dia 15 até o dia 4 de novembro, é que dirá se desta vez empresários e governo trabalharam com o mesmo objetivo.

O que não terá redutor

1. A correção dos salários.
2. A correção da taxa cambial.
3. A correção monetária. Ou seja, não estarão afetados, por exemplo, os rendimentos da caderneta de poupança ou mesmo a cobrança de impostos.
4. Os preços dos alugueis. Prevalece a legislação em vigor.
5. As taxas de juros. Os juros reais, como instrumento de política monetária e remuneração das aplicações no overnight, continuam no nível dos 3% ao mês até o final do governo Sarney.